

Normalistas, ensino público escolar e cultura de elite: o contexto da Escola Normal Catharinense de 1892

Resumo

O movimento pela difusão do ensino que se desenhou na Europa desde o século XVII se fortaleceu no século XVIII e se enraizou para as sociedades americanas no século XIX, anunciava os propósitos dos estados nacionais em fortalecer preceitos liberais de cultura, civilidade e moralidade pela via da formação de professores para o magistério das primeiras letras nas chamadas Escolas Normais. No Brasil, e no caso particularizado aqui, em Santa Catarina, a Escola Normal se movia, na conjuntura das províncias e depois dos estados, entre precárias estruturas e grandes esperanças manifestas nos posicionamentos das elites intelectuais e administrativas e suas aspirações de progresso e ordem pública. O objetivo deste trabalho é, a partir do estudo que resultou da Dissertação de Mestrado intitulada *A Escola Normal Catharinense de 1892: profissão e ornamento*, retomar algumas características de organização desta escola, assim como aspectos do contexto de sua criação. São destacados dois distintivos: os elementos formativos do curso com as especificidades para o ensino das primeiras letras; e o apego aos conhecimentos gerais como ornamento da cultura das elites e para as elites oferecidos pela mesma escola. A revisita ao texto da dissertação compreende a retomada de leituras do referencial bibliográfico que serviu de fonte para a articulação com o material documental levantado no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, a respeito da Escola Normal e do ensino público na Província e no Estado. Compreende também a releitura de trechos dos relatórios oficiais e seu cotejamento com novos referenciais bibliográficos.

Marlete dos Anjos Silva Schaffrath
Universidade Estadual do Paraná –
UNESPAR – Paranavaí/PR – Brasil
marlete.schaffrath@unespar.edu.br

Palavras-chave: Escola Normal; formação de professores; ensino público.

Para citar este artigo:

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Normalistas, ensino público escolar e cultura de elite: o contexto da Escola Normal Catharinense de 1892. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 12-33, set./dez. 2022.

DOI: 10.5965/1984723823532022012

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723823532022012>



Normal students, public school education and elite culture: the context of the Escola Normal Catharinense of 1892

Abstract

The movement for the diffusion of education that took shape in Europe since the 17th century, which was strengthened in the 18th century and enthroned in American societies in the 19th century, announcing the purposes of national states as liberal intensifiers of culture, civility and morality through the teacher training or teaching of first letters in the so-called Normal Schools. In Brazil, and in the particular case here, in Santa Catarina the Escola Normal moved, in the context of the provinces and then the states, between precarious and high hopes manifested in the positions of the intellectual elites and administrative progress and their aspirations for public order. The objective of this work is, from the study that resulted from the Master's Dissertation entitled *A Escola Normal Catharinense de 1892: profissão e ornamento*, the school has some characteristics of its organization, as well as aspects of the context of its creation. Two distinctive features are highlighted: the formative elements of the course with specificities for the teaching of first letters and the attachment to general knowledge as an ornament of the culture of the elites and for the elites offered by the same school. The revisit to the text of the dissertation comprises the resumption of the readings of the bibliographic reference that served as a source for the articulation with the documentary material raised in the Public Archive of the State of Santa Catarina about the Normal and Public School in the Province and in the State. It also includes the re-reading of excerpts from the reports and their comparison with new bibliographic references.

Keywords: Normal School; teacher training; public education.

Normalistas, educación escolar pública y cultura de élite: el contexto de la Escola Normal Catharinense de 1892

Resumen

El movimiento de difusión de la educación que se concretó en Europa a partir del siglo XVII, que se fortaleció en el siglo XVIII y arraigó en las sociedades americanas en el siglo XIX, anunció los propósitos de los estados nacionales de fortalecer los preceptos liberales de cultura, civismo y la moral a través de la formación docente vía para la enseñanza de primeras letras en las denominadas Escuelas Normales. En Brasil, y en el caso particularizado aquí, en Santa Catarina, la Escuela Normal se movía, en la coyuntura de las provincias y luego de los estados, entre estructuras precarias y grandes esperanzas manifestadas en las posiciones de las élites intelectuales y administrativas y sus aspiraciones para el progreso y el orden público. El objetivo de este trabajo es, a partir del estudio que resultó de la Tesis de Maestría titulada *A Escola Normal Catharinense de 1892: profissão e ornamento*, resumir algunas características organizativas de esta escuela, así como aspectos del contexto de su creación. Se destacan dos rasgos distintivos: los elementos formativos del curso con las especificidades para la enseñanza de las primeras letras; el apego a los saberes generales como ornamento de la cultura de las élites y para las élites que ofrece la misma escuela. La revisión del texto de la disertación comprende la reanudación de las lecturas de la referencia bibliográfica que sirvió de fuente para la articulación con el material documental levantado en el Archivo Público del Estado de Santa Catarina, sobre la Escuela Normal y la educación pública en el Provincia y en el Estado. También incluye la relectura de extractos de informes oficiales y su comparación con nuevas referencias bibliográficas.

Palabras clave: Escuela Normal; formación de profesores; educación pública.

Perguntar novamente às mesmas fontes, matizá-las com outras e produzir novos entendimentos sobre as dimensões contextuais das antigas Escolas Normais no Brasil pode ser uma tentativa de desconstruir a fixidez do que foi historiografado e desafiar o passado a nos contar outras histórias. A ideia de constituir um novo texto a partir da revisita aos apontamentos da minha dissertação de mestrado, que apresentou a Escola Normal de Santa Catarina de 1892, objetiva produzir outros sentidos historiográficos para os diálogos estabelecidos naquele trabalho de pesquisa.

A partir do estudo que resultou da dissertação de mestrado intitulada *A Escola Normal Catharinense de 1892: profissão e ornamento* (SCHAFFRATH, 1999), vamos retomar algumas características de organização e funcionamento desta escola, assim como alguns aspectos do período de criação deste curso Normal. A ideia é focar em dois distintivos, ainda que eles sejam complementares um do outro: o elemento formativo do curso, sua proposta curricular, que em alguma medida contempla especificidades para o ensino das primeiras letras, e o destaque para o conjunto do programa de ensino do curso que apresenta ares de ornamento da cultura das elites e para as elites.

A revisita ao texto da dissertação compreende a retomada de leituras do referencial bibliográfico que serviu de fonte para a articulação com o conteúdo do material documental levantado no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, a respeito da Escola Normal e do ensino público na Província e, mais tarde, do Estado catarinense. Contempla ainda a releitura das transcrições de trechos dos relatórios oficiais apresentados no texto da dissertação e seu cotejamento com reflexões e roteiros teóricos apontados por novos referenciais bibliográficos.

A condução metodológica do trabalho de pesquisa, assim como a elaboração desse reordenamento dos fatos e interpretações, acompanha o pensamento de E. P. Thompson (1981), que entende que há uma *lógica* para se conduzir uma investigação histórica. A lógica histórica referida pelo autor é uma possibilidade metodológica apropriada à História, em que se compreende que as evidências do real existem fixamente, independentes dos sujeitos que agora podem perguntar por elas. Contudo, os sujeitos, sim, são pontos móveis que recrutam essas evidências a qualquer conjuntura e sobre elas lançam perguntas e entendimentos, a partir de sua condição histórica e do contexto que lhe sustenta.

Nessas circunstâncias, o reexame da Escola Normal Catharinense, já estudada por mim em 1998 e revisitada agora em 2022, permite novo olhar para o ponto fixo da escola a partir de um mirante diferente, posto que quase um quarto de século na vida acadêmica ligada à formação de professores na universidade pública me impele a novas perguntas e ao desafio de uma nova arquitetura de respostas.

A história da criação das Escolas Normais brasileiras segue um traçado bastante característico daquilo que simbolizava o ensino público escolar para o estado burguês no mundo ocidental, mormente a partir do século XVIII: um vetor para a consolidação dos ideais liberais de cultura e de formação profissional para os estados nacionais que se formavam no Ocidente. As escolas de formação de professores, conhecidas como Escolas Normais, surgiram na Europa articuladas aos contextos diversos de mudanças na organização social, cultural e econômica das nações.

Os projetos de educação escolar para as massas nasceram de imperativos de qualificação de mão de obra e inclusão de trabalhadores, colocados pela Revolução Industrial. Também as marcas deixadas pela Revolução Francesa e os ideais de laicização e publicização do ensino foram determinantes para a expansão do ensino público e, por conseguinte, dos cursos ou escolas públicas para formar professores. Isso sem contar com o ideário científico e educativo iluminista, que também concorria como propulsor da difusão da cultura letrada.

No desenho dos processos de ensinar ao cidadão os modos da modernidade na Europa, inicialmente é possível observar que a criação das escolas públicas para ensino elementar e o engenho de alternativas para a formação de professores para essas escolas andavam juntos. As iniciativas de André Bell – que teria levado da Índia para a Inglaterra um método de ensino para grandes contingentes, o ensino mútuo (ALMEIDA, 1989) –, as iniciativas dos seminários de formação de professores criados pelos Lassalistas na França no século XVIII (GINER, 1985) ou ainda o movimento Pestalozziano deflagrado na Alemanha no início do século XIX (REIS FILHO, 1995) – que criava bases para a formação de professores – foram todos processos importantes e precursores das Escolas Normais como as conhecemos.

Os Seminários (internatos) para formar professores foram uma febre na Europa desde o fim do século XVII, quando se queria reconstruir as nações dos desastres das

guerras regionais pela escolarização extensiva. Assim, capacitar professores e escola seria certamente um jeito eficaz de popularizar o ensino. Primeiro, foram as ações ligadas à Igreja Católica que, de acordo com Giner (1985), replicou iniciativas como a do padre Juan Batista de La Salle (1651-1719), o qual, preocupado com a formação das crianças francesas, criou os Seminários Lassalistas para formação de professores em que se ensinasse “uma cultura do tipo enciclopédico que abarque la lectura, la gramática, el sistema de pesos y medidas, la aritmética elemental, el canto, etc. [...] importa formar em ellos hábitos intelectuales y morales” (GINER, 1985, p. 11).

A transformação dos seminários de formação de professores ligados à Igreja nas Escolas Normais propriamente como as conhecemos foi obra do século XVIII, aperfeiçoada no século XIX. Segundo Giner (1985), o nome para designar os seminários de formação de professores surge pela primeira vez na Europa, no reinado iluminista de Maria Tereza da Áustria, em que se converteu como modelo, norma, para as iniciativas de formar concentradamente professores para replicar o ensino, o tal enciclopédico, nas escolas de primeiras letras, nas chamadas *normale Schule* (Escola Normal).

Da Alemanha para a França, em 1795, inicia-se o primeiro curso Normal de Paris; até 1842, já eram 76 Escolas Normais em toda a França, de acordo com Giner (1985). Todas essas escolas eram, portanto, iniciativas do poder público e apartadas sempre mais dos motivos e contornos religiosos que caracterizavam os seminários de professores. Faltava agora constituir aportes teóricos para pensar o ensino dos normalistas e, por conseguinte, identificar os melhores métodos para ensinar as crianças a ler, escrever e contar.

Jorge Ramos Do Ó (2003) publicou sua tese de doutoramento na Universidade de Lisboa, intitulada *O governo de si mesmo*, na qual afirma que os primeiros movimentos da escola moderna no fim do século XIX na Europa foram caracterizados, de um lado, pelo ensaio de constituir a educação como ciência e dotá-la de uma moral laica, e, de outro, pela constituição do movimento de criação de cursos Normais, nos quais, segundo o autor, está a determinação de observação científica do desenvolvimento infantil.

Podemos compreender que a Pedagogia moderna na Europa preocupava-se com a cientificidade do espaço educativo que era a escola pública e laica, ao mesmo tempo em que se ocupava da criança que aprendia. Nesse contexto, a modernidade pedagógica se

instaurava com a publicação de material didático subsidiário das aulas, do ensino, do aprendizado. A título de ilustração, podemos citar os artigos *Éducation et Pédagogie*, que E. Durkheim publicou em 1911 no *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie* dirigido por Ferdinand Buisson, e de *Histoire critique des doctrines de l'éducation en France*, e *Cours de pédagogie théorique et pratique*, ambos do francês Gabriel Compayré, publicados no fim dos 1800 (SCHAFFRATH, 2014a).

Para Do Ó (2003), assim como Herbat (1776-1841), que se animava com a ideia de dotar a Pedagogia do mesmo *status* científico da Psicologia experimental, também Compayré apostava nas afinidades da educação e da Psicologia quando vestia a Pedagogia com as leis de organização de processos mentais que caracterizavam os estudos da Psicologia. Ainda segundo Do Ó (2003), outro autor influente para o desenho de uma Pedagogia científicizada foi o francês Henri Marion (1846–1896), que difundiu o juízo de que a Pedagogia é a educação moral das crianças. Dessa forma, a Pedagogia, assim como o conjunto das demais ciências, trabalharia pela libertação moral do homem, pela via da razão.

Como resultado desse processo de acomodação de valores morais laicos e científicos, a Pedagogia, sobretudo durante o século XIX, trabalhou para naturalizar e padronizar os conceitos de moralidade e civilidade, já que eles partiriam da premissa de que todos temos, naturalmente, os bons princípios da moral e da ética. Para acessar esses princípios, a ciência da Pedagogia os traria à tona nas aulas mediadas com as técnicas de observação e medição emprestadas da Psicologia, pelos bem formados normalistas.

Todavia, a preocupação com a norma e o método já é velha conhecida do pensamento educacional. Desde o *Discurso do Método*, René Descartes (1596-1650) defende que o universo está construído ordenadamente e que, por esse motivo, pode ser compreendido se analisado em partes separadas ou unidades individuais, começando-se da parte mais simples para entender a mais complexa (DESCARTES, 1987).

Na área da educação, ou do ensino escolar melhor dizendo, o cartesianismo também influenciou a obra de Jean Amós Comenius (1592-1670), contemporâneo de Descartes. Em a *Didactica Magna*, Comenius (1996) propunha um método racional para o ensino e a aprendizagem, que compreendia, dentre outros, o percurso metodológico sugerido por Descartes para fracionar o conhecimento em partes e ensinar as coisas a

partir dos conteúdos mais simples até chegar aos mais complexos (SCHAFFRATH, 2014b). No ambiente teórico da obra de Descartes e do método didático de Comenius consolidam-se, então, discursos e movimentos para uma ciência da educação, que foram retomados com mais intensidade nos anos 1800, com o fortalecimento e constituição de redes de ensino elementar e Normal.

A Europa daquele período foi berço e palco de diversas correntes de pensamento que procuravam se libertar dos domínios ideológicos da Igreja europeia. O cartesianismo de Descartes, o evolucionismo de Darwin, o positivismo de August Comte são alguns exemplos desse movimento. No pensamento didático-pedagógico, Comenius (não obstante o fato de ser ele pastor da Igreja Protestante) e tantos outros pensadores da educação buscavam igualmente espelhar a Pedagogia em bases científicas de outras áreas do conhecimento humano, sobretudo da Biologia, da Psicologia, da Filosofia e da Sociologia, que traziam novas perspectivas para explicar a natureza, o homem e a sociedade.

A partir desse ponto, o homem passa a ser percebido em suas dimensões mais diversas. Já não era simplesmente o ser humano, mas a emoção humana vista pela Psicologia, o ser social da Sociologia. Igualmente, a criança aprendiz era agora vista e comprovada pela Pedagogia, que fazia sentido para a compreensão das dimensões científicas do ser social, o qual na sociedade moderna precisa ser alfabetizado. O domínio desses conhecimentos seria sem dúvidas um importante passo para a materialização do projeto, ou dos projetos de consolidação dos padrões de civilização da era moderna.

Ensino escolar e formação dos normalistas no Brasil

No Brasil, as primeiras tratativas para a instrução escolar pública foram inspiradas no modelo francês apresentado por Condorcet no fim do século XVIII (XAVIER, 1992). Nesse contexto, também a criação de escolas de formação de professores para ensinar nas escolas públicas, criadas a partir da Lei Imperial de 1827, teria sido guiada pelo modelo das Escolas Normais que já funcionavam na França, mormente. À expressão do ideário pedagógico desde os movimentos humanistas europeus, a escolarização para a ordem e a civilidade burguesas impulsionou a criação das Escolas Normais brasileiras em meados

do século XIX, antes mesmo da constituição de um pensamento pedagógico nacional ou da estruturação de uma básica rede de escolas elementares.

O gatilho administrativo para a criação das Escolas Normais foi a aprovação do Ato Adicional à Lei de 1827, que criava as primeiras escolas públicas brasileiras. O Ato Adicional de 1834 determinava às províncias o provimento do ensino público das chamadas primeiras letras (ou ensino elementar) e também da formação dos professores para esse nível de ensino. A partir daí, as províncias foram estruturando suas escolas públicas e também suas Escolas Normais.

A Escola Normal de Niterói, em 1835, foi a primeira do Brasil; em 1842, é criada a primeira Escola Normal da Bahia, e a província de São Paulo criou a Escola Normal da Praça em 1842. Nesse fluxo, até o fim do Período Imperial, a maioria das províncias brasileiras possuía uma Escola Normal; até os primeiros anos do período republicano, cada estado brasileiro tinha ao menos uma dessas escolas em funcionamento na capital e também nas cidades maiores (TANURI, 1999).

Heloisa Villela (1990), ao analisar o movimento das políticas educacionais brasileiras que culminou com o advento das Escolas Normais no país, defende que o projeto educativo para a escolarização das massas no século XIX consistia na ampliação progressiva da questão escolar em questão social e política para as nações. A autora explica que, no Brasil, é inegável que os modelos escolares e, sobretudo de ensino Normal teriam sido inspirados ou mesmo transferidos de modelos europeus. Contudo, é preciso, segundo a autora, compreender que os modelos educacionais estrangeiros aqui empreendidos dependiam de um movimento próprio da conjuntura brasileira, que constituía uma estrutura educacional bastante determinada pelas relações de grupos e do poder político instituído localmente. Isso nos força a refletir sobre o processo de arranjo social e cultural dos referidos modelos estrangeiros, que está longe de ser uma cópia transplantada.

Em Santa Catarina, já sob as luzes da República, diversas tentativas de constituição de cursos preparatórios para professores de ensino elementar se deram ao longo do Período Imperial, contudo, a criação da primeira Escola Normal, propriamente, data de 1892. Como as demais Escolas Normais brasileiras criadas naquele período, essa escola expressava ao menos duas dimensões constitutivas dos projetos do Ensino Normal às

expensas dos governos: a profissionalização do professor e a difusão de valores culturais da modernidade burguesa.

Modernidade pedagógica e as tentativas de Escolas Normais catarinenses

A Lei Imperial de 15 de outubro de 1827 determinava que fossem criadas escolas de “primeiras letras” em cidades e vilas de todas as províncias brasileiras. As escolas de primeiras letras ofertavam o ensino elementar, que correspondia a quatro anos de ensino para que a criança pudesse aprender a ler, escrever e contar.

As terras do continente próximo e da ilha de Santa Catarina foram desmembradas da Província de São Paulo no ano de 1738. Nas próximas décadas, após a criação da Província, inicia-se a ocupação da região da ilha de Nossa Senhora do Desterro (hoje Florianópolis), do litoral sul (Laguna) e norte (São Francisco), por colonos trazidos principalmente das ilhas de Açores e Madeira em Portugal (CABRAL, 1971).

Na província de Santa Catarina, de acordo com Schimidt (1996), em 1830 foi autorizada a criação de algumas “cadeiras” ou turmas para a capital da província, Desterro, e para mais outras três nas vilas Santo Antônio de Lisboa, Lagoa e Ribeirão, todas na ilha. Também no continente, em Laguna, São Francisco, São Miguel e Lages, foram criadas outras cadeiras, totalizando treze turmas em toda a província. Essas escolas eram regidas por professores leigos contratados pela administração pública, antes mesmo que Santa Catarina tivesse criado a sua Escola Normal para habilitar os professores.

Sobre a infraestrutura que o governo provincial dispunha para o funcionamento das escolas, ou cadeiras, ela era bastante precária. Quase não havia nas cidades ou vilas edifícios que pudessem abrigar as turmas de crianças matriculadas para aprender as primeiras letras. Nesse caso, a administração pública estava autorizada a alugar salas nas casas dos professores regentes para o atendimento das crianças, de acordo com Schaffrath (1999).

Outra questão que se liga à estrutura física das escolas elementares é o currículo diferenciado entre gêneros, exigindo inclusive ambientes distintos para meninas e meninos nas escolas. Primeiramente, é preciso ter em conta que o currículo é eivado de

valores culturais e suas dimensões atravessam a escola e a sociedade (FORQUIN, 1992). A partir daí, podemos buscar compreender por que nas escolas elementares, além da proposta de salas de aulas diferentes para meninas e meninos, havia também diferenciação no programa de ensino. Em 1848, por exemplo, enquanto os meninos aprendiam a ler e escrever pelo método individual, as quatro operações matemáticas, noções de geometria, geografia, gramática da língua nacional e princípios morais e religiosos, as meninas aprendiam a ler e escrever pelo método individual, as quatro operações de matemática e prendas domésticas (SCHIMIDT, 1996).

O conteúdo ensinado nas escolas elementares era definido pela legislação provincial. Havia dois métodos conhecidos ou utilizados nas escolas brasileiras: o método individual e o método Lancaster, de acordo com Bastos (1997). A autora explica que o método individual se aplicava às turmas menores, em que o professor poderia fazer atendimento individual para cada criança, enquanto que o método Lancaster, também conhecido como “ensino mútuo”, consistia em preparar os melhores alunos para que estes pudessem ajudar no ensino dos demais. Quanto ao material didático utilizado, de acordo com Schaffrath (1999), os professores dispunham de cartilhas, catecismos, lousas, papel e silabários para usar nas escolas.

A Escola Normal já era uma realidade em diversas províncias brasileiras. Conforme dissemos antes, na Corte foi criada a primeira Escola Normal do Brasil, em 1835. Em Santa Catarina, os números registrados nos documentos oficiais da instrução pública davam conta de um crescimento pequeno de escolas, turmas e estudantes nas escolas de primeiras letras. Entretanto, havia um apelo bastante expressivo das autoridades provinciais e da imprensa local para os investimentos na formação docente, assim como era atribuída a má qualidade do ensino – que desanimava pais e crianças em idade escolar – à falta de preparo dos professores para lecionar as cadeiras que ocupavam.

Uma tentativa mais econômica, digamos assim, de experimentar os sabores da Escola Normal na província catarinense foi o envio de um professor para estudar na Escola Normal de Niterói. A Assembleia Legislativa da Província autorizava, no ano de 1840, o professor de primeiras letras da capital, Francisco José das Neves, a participar de um esquema afeto ao ensino mútuo, ou método Lancaster, em que o professor formado pela Escola Normal Carioca retornaria à capital da província, Desterro, para ensinar outros

professores a reger escolas de primeiras letras pelos mais modernos métodos (SCHIMIDT, 1996). O Relatório do Presidente da Província, de março de 1844 (SCHAFFRATH, 1999, p. 47), dá conta de que quinze professores de primeiras letras foram convocados para participar das aulas do professor Neves. Ao fim do curso, estavam “habitados em ler e escrever pelo methodo lancasteriano, nas quatro operaçoens de arithimetica, quebrados, decimaes e proporçoens, em grammatica de lingoa nacional, e nos princípios da moral Cristã, e da religião do Estado.” (manteve-se a grafia original). Logo depois de formada essa primeira turma de professores, o professor Neves teria sido demitido por reclamações de negligência e maus-tratos às crianças, encerrando-se assim a primeira tentativa de escola de formação de professores na capital catarinense.

Outras iniciativas (praticamente sem sucesso) se sucederam a essa, como a tentativa do governo provincial de, em 1856, criar cadeiras para formação do magistério no Liceu Provincial, uma escola secundária que funcionou em um colégio Jesuíta desativado, instalado numa chácara afastada da área urbana da capital Desterro, hoje praça Getúlio Vargas no centro de Florianópolis. A turma preparatória para o magistério chegou a funcionar, mas poucos foram habilitados para lecionar, até que em 1880, o governo provincial autoriza a criação das cadeiras de “portuguez, pedagogia e methodologia para aprendizagem dos professores públicos ou daqueles que se quiserem habilitar para o magistério” (SCHAFFRATH, 1999, p. 56). Esse curso, que foi chamado de “Curso Normal”, tinha duração de dois anos e era ministrado dentro da escola de ensino secundário, o Atheneo Provincial (que havia substituído o Liceu), onde as cadeiras preparatórias para a docência nas escolas elementares eram conduzidas pelos mesmos professores do Atheneo.

O curso Normal autorizado em 1880, mas criado em 1882, teve o currículo regulamentado apenas em 1883. A base dos componentes curriculares, ou menos que isso, do programa de ensino, girava em torno do estudo da língua nacional, da Aritmética (matemática), dos estudos sociais e da Pedagogia e metodologia de ensino, conforme se pode observar no quadro abaixo (Quadro 01).

Quadro 01 - currículo do curso Normal - 1883

1º. ano	Parágrafo 1º.	Língua Nacional; Análise Gramatical; Lógica e Etimologia; Redação e Composição.
	Parágrafo 2º.	Aritmética e Metrologia; Geometria Elemental limitada às Noções Gerais e Problemas Simples; Estudo das Formas Geométricas.
2º. ano	Parágrafo 3º.	Francês, Geografia Elemental; Geografia do Brasil e especialmente da Província de Santa Catarina; História do Brasil e fatos principais da História de Santa Catarina.
	Parágrafo 4º.	Pedagogia e Metodologia Teórica e Prática.

Fonte: Regulamento de 14 de agosto de 1883, que dá execução à Lei nº 1.229 de 19 de maio de 1883. (GOULART 1983 *apud* SCHAFFRATH, 199, p. 61).

Em 1883, uma lei provincial reorganiza novamente o ensino secundário na província catarinense e converte o Atheneo Provincial em Instituto Litterario e Normal¹ (SCHAFFRATH, 1999, p. 60). No Instituto, as cadeiras do curso Normal permanecem inalteradas, assim como o corpo docente. Também a mesma lei permitia que se criasse uma escola anexa, para que os normalistas pudessem exercer atividades práticas de ensino, mas esta não chegou a ser criada.

Conforme o regulamento da escola, para ingressar no curso Normal do Instituto Litterario, o candidato ou a candidata fazia um requerimento ao Diretor da escola apresentando documentos como a certidão de nascimento que comprovasse dezoito anos de idade; atestado de vacinação; certificado de conclusão do curso primário; e atestado médico comprovando não sofrer de doença infectocontagiosa ou de alguma incapacidade física para exercer o magistério. Uma vez aceita a inscrição, os candidatos se submetiam aos exames orais e escritos que perguntavam sobre: “Instrução moral e religiosa, Leitura, Escrita, operações fundamentais de aritmética em números inteiros e princípios gramaticais” (SCHAFFRATH, 1999, p. 62). Esse curso Normal foi mais um que começou, mas infelizmente não foi além da primeira turma. Em 1886, o Presidente da

¹ Lei Provincial n. 1.209 de 19 de maio de 1883.

Província desabafou: “Entendo também que o Instituto Litherario e Normal longe está de preencher o fim desejado. A frequência regular dos alunos às aulas é insignificante”².

Já eram, àquela essa altura, quase cinco décadas de tentativas de formar professores para as escolas primárias. Foram reformas no ensino público, abertura e fechamentos de cursos, mudanças de endereços; no entanto, a formação para o magistério não dava os frutos prometidos. Os níveis de ensino em toda a província, inclusive na capital, eram sempre os piores, conforme relatavam os presidentes da província nos relatórios que faziam sobre a instrução pública.

Ao longo do texto do trabalho de pesquisa, demonstramos as diversas tentativas, por parte do governo provincial, em oferecer algumas alternativas para suprir a deficiência de professores habilitados para o magistério e de crianças alfabetizadas. Contudo, o que mais chama a atenção é que, ao longo de cinquenta anos de preocupação com o ensino escolar, as iniciativas provinciais se revezavam com a imputação aos docentes da culpa pelo atraso na escolarização dos catarinenses em idade escolar. Os ideais de progresso atrelados ao ensino escolar eram bastante fortes e frequentemente expressos pelas autoridades provinciais e imprensa, quando se tratava de defender a criação de escolas, ou mesmo reclamar sobre o mau funcionamento delas. Vejamos aqui alguns excertos das falas oficiais dos presidentes da Província ao longo desse período:

- *“como poderemos nós ter discípulos instruídos, se não podemos empregar senão mestres ignorantes, e com isso muito poucas excessoens.”* Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina em 1840 (SCHAFFRATH, 1999, p. 54);

- *“Quizera eu dar elogios merecidos ao professor da capital, mas faltam-me motivos para isso porque ele, esquecido que não basta ao empregado público a aptidão profissional para ser julgado benemérito, e que lhe é preciso ainda servir de boa vontade”* - Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina em 1844. (SCHAFFRATH, 1999, p. 47);

- *“Conquanto eu não possa desconhecer a habilidade de alguns professores públicos, todavia, não se tem apresentado todo aproveitamento, que seria de esperar”* - Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina em 1849. (SCHAFFRATH, 1999, p. 43);

- *“Em todos os logares da provincia continua estacionário o ensino das 1^{as} letras (...) São causas, 1^o. a pouca aptidão e o pouco zelo de uma grande parte dos professores”* - Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina em 1854. (SCHAFFRATH, 1999, p. 53);

² Relatório do Presidente da Província de dezembro de 1886 (APUD SCHAFFRATH, 1999, p. 62).

- *“quiséramos que eles (os professores) se compenstrassem do sacerdócio social que exercem; e que digna e satisfatoriamente o buscassem desempenhar”* - Jornal O Cruzeiro do Sul, Desterro, 1858. (SCHAFFRATH, 1999, p. 69);

- *“se apesar disso (dos incentivos financeiros da Província) a instrução não progride, é porque o professor preenche mal a sua missão”* - Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina em 1880. (SCHAFFRATH, 1999, p. 42).

Carlos Monarcha (1999), que escreveu sobre a Escola Normal da Praça - 1849, em São Paulo, explica que era comum, no século XIX, o uso de vocabulário pelas autoridades que remetesse à ideia de civilização. Nesse sentido, palavras como “razão”, “progresso”, “constituição”, “soberania”, “luz” eram recorrentes em seus discursos. Para o autor, esses termos, frequentemente usados nos discursos oficiais, significavam a renovação dos compromissos morais assumidos pelos governos para com a manutenção da ordem. Expressavam, sobretudo, a vigilância e, de certo modo, a renovação dos compromissos morais assumidos. Os discursos contra o atraso e a favor das escolas sinalizavam um governo atento ao progresso e fiel à moral civilizatória.

A Escola Normal da República

O Decreto nº. 01 do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, de 15 de novembro de 1889, proclama a nova forma de governo do Brasil. As antigas províncias passavam então a estados federados, com liberdade de composição de governos, exército, instrução pública etc. Contudo, o novo regime encontrou uma rede de ensino público bastante deficiente, tanto no que se refere à estrutura e quantidade de escolas quanto à formação de quadros de professores para reger as escolas elementares.

De acordo com Leonor Tanuri (1969), já na República, o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, sob o comando de Benjamim Constant, que era adepto ao ideário positivista de Augusto Comte, organizou uma reforma na Escola Normal da Capital (Rio de Janeiro). O novo currículo da escola supervalorizava o estudo das ciências, na acepção positivista, enquanto excluía as disciplinas afetas à cultura profissional da docência na escola elementar. Essa nova proposta, que passou a ser modelo para o funcionamento das Escolas Normais nos agora estados federados brasileiros, inaugurava as escolas anexas, ou escolas de aplicação como um lugar de práticas comprimidas no final do curso.

No estado de Santa Catarina, a formação de professores continuava pelo Instituto Litherario e Normal, com as mesmas dificuldades do período Imperial. Então, no ano de 1891, o vice-governador do estado propõe que: “Para levantar o ensino do abatimento em que jaz, seria de toda urgência uma reforma profunda, e muito concorreria para isso a criação de uma Escola Normal, onde se preparassem candidatos aptos para o magistério e conhecedores dos methods mais adiantados da pedagogia moderna” (SCHAFFRATH, 1999, p. 75)³. Ainda naquele ano, a Inspetoria Geral da Instrução Pública era uma estrutura que funcionava desde 1828 no governo provincial e foi retomada como serviço da administração estadual, o que dava maior controle ao governo sobre o ensino público, a situação das escolas e da formação de professores. Além disso, o estado catarinense inicia um projeto de reforma no ensino que culminou com a lei estadual n. 155 de julho de 1892, que organiza os cursos do Instituto Litherario e Normal (SCHAFFRATH, 1999).

Pela lei, o Instituto Litherario e Normal passa se chamar Gymnasio Catharinense que, emparelhado com o Gymnasio Nacional do Rio de Janeiro, passava a oferecer dois cursos secundários: um para preparar estudantes para o ensino superior na capital ou demais estados, e outro para preparar professores para o magistério das séries iniciais, denominado Escola Normal Catharinense, que funcionava no prédio anexo ao curso secundário do Gymnasio, inclusive compartilhando professores comuns entre os dois cursos.

Os docentes do Gymnásio, assim como os da Escola Normal, eram nomeados por meio de concurso público. Para serem admitidos, eles deveriam passar por uma sabatina que incluía provas, apresentações de aulas e textos ou tratados sobre a disciplina que pretendiam lecionar (SCHAFFRATH, 1999). Os docentes do curso Normal recebiam um salário anual de mil réis para reger as disciplinas consideradas comuns, contudo, os professores de Pedagogia e Metodologia recebiam um acréscimo de quatrocentos réis anuais. Normalmente, os professores da Escola Normal eram os mesmos do Gymnasio ou de outros cursos secundários criados na sequência. Já os estudantes interessados em serem normalistas deveriam comprovar idade maior que 18 anos; moralidade, por meio de atestado expedido por autoridade policial; vacinação contra a varíola; título escolar, literário ou científico ou diploma de curso primário (apenas no caso de professor da

³ Mensagem lida na abertura do Congresso Constituinte de Santa Catarina em 28 de abril de 1891.

disciplina de Trabalhos Manuais ou Canto (SCHAFFRATH, 1999, p. 90). Na primeira turma formada pelo curso, dezesseis alunos se tornaram professoras e professores. Eles eram cinco homens e onze mulheres.

O programa do curso Normal estava de fato afinado com as reformas positivistas do Ministro Benjamin Constant. A língua portuguesa, por exemplo, era a disciplina que tinha a maior carga horária semanal com nove horas. Ainda que a capital Florianópolis tivesse como marca a imigração portuguesa, o estado de Santa Catarina havia recebido até os primeiros anos da República um contingente expressivo de imigrantes alemães e italianos, o que já seria um fator motivador para a intensificação do estudo e preservação da língua portuguesa no curso Normal, assim como nas escolas primárias. Já o estudo da língua francesa, com cinco horas semanais, parece reproduzir aspectos culturais das elites brasileiras que valorizavam a cultura europeia, sobretudo, a francesa, como um ornamento importante e até um distintivo de elite. O quadro abaixo mostra o currículo do curso ao longo dos três anos (Quadro 02).

Quadro 02- Currículo da Escola Normal Catharinense

ANO	CURRÍCULO
1º. ANO	Português, Aritmética, Geografia, Francês, Desenho
2º. ANO	Português, Francês, História, Álgebra, Caligrafia, Música
3º. ANO	Português, Pedagogia, Ciências Naturais, Chorografia, Geometria, Trabalhos de Agulha (somente para mulheres), Música

Fonte: Schaffrath, 1999, p. 83. (Manteve-se a grafia conforme o original)

Para efeitos de foco na proposta de formação específica para o trabalho docente, vamos recortar aqui o programa de ensino do terceiro e último ano do curso da Escola Normal Catharinense de 1892, em que se oferecia a disciplina de Pedagogia e Methodologia. Os conteúdos relativos a esses componentes curriculares eram bastante emblemáticos do apelo pela cientificização dos processos de formação docente, conforme discorreremos anteriormente ao tratar das propostas curriculares das tentativas anteriores de constituir cursos Normais em Santa Catarina. Vejamos o quadro abaixo (Quadro 03).

Quadro 03: Programa das cadeiras de Pedagogia e Methodologia do curso Normal

Cadeira	Programa	Livro Adotado
Pedagogia e Methodologia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definição da pedagogia e methodologia, divisões. 2. Educação physica: definição, hygiene escolar, prédios, mobília escolar, gymnastica, temperatur , luz escolar. 3. Educação intelectual: definição, desenvolvimento da inteligência, a memória e suas vantagens, sua cultura. 4. Relação ente a methodologia e a pedagogia, ensino, sua definição, fim e divisão, processos de ensino para diferentes disciplinas das escolas primárias. 5. Organização das escolas, meios disciplinares, recompensas escolares, ensino intuitivo, museos escolares. 	Pedagogia e Methodologia de Camillo Passacqua

Fonte: Schaffrath, 1999, p. 111. (Manteve-se a grafia conforme o texto extraído do original)

A carga horária dessa disciplina era de três horas semanais a exemplo de matérias como História, Geografia e Ciências Físicas. Ainda assim, é bem menor do que as nove horas semanais de Português, seis de Aritmética ou Música e Canto, e cinco de Francês. A composição do programa da disciplina de Pedagogia e Methodologia é bastante ampla e parece acompanhar o momento de foco na formação geral a partir de conteúdos de ciências exatas ou sociais, em detrimento do ensino profissional propriamente. Ainda que essa disciplina devesse encerrar o processo formativo do normalista com os conhecimentos sobre a criança e o ensino infantil, ela mesma se dispersa em temas gerais de cunho científico, quase que de conhecimento geral, como a mobília, a luz e a temperatura. E, aqui, voltamos à reflexão anterior de que o currículo expressa uma ordem social. O curso era para ensinar os normalistas a ensinar, mas o currículo privilegiava conteúdos de base cultural, quase como um distintivo ou ornamento para os que podiam se letrar.

Para Paolo Nosella e Ester Buffa (1996), que estudaram a Escola Normal de São Carlos/SP nas primeiras décadas do século XX, a Escola Normal no Brasil “é uma instituição datada que vivia e reproduzia o clima cultural típico de uma sociedade agrária, pré-industrial marcada por uma cultura elitista, distintiva, alheia ao mundo do trabalho”

(NOSELLA; BUFFA, 1996, p. 110). Na Escola Normal Catharinense, dos dezesseis matriculados para a primeira turma do curso, pouco se teve notícias sobre o trabalho como normalista em alguma escola da rede pública, a julgar pela ausência de referências nominais nos documentos oficiais da Instrução Pública do Estado⁴. A lista dos normalistas da primeira turma de 1893 (transcrita conforme o original), registrada nos Offícios da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado Federal de Santa Catarina (1893)⁵ (SCHAFFRATH, 1999, p. 84), é a seguinte, conforme indicado no Quadro 04, abaixo:

Quadro 04 - Lista dos normalistas da primeira turma de 1893 da Escola Normal Catharinense

1	João Jorge de Campos
2	Felicidade Ferreira Lapagesse
3	Francisco Heraclides de Souza
4	Roberto Leonidas Lapagesse
5	D. Lucia Evangelista Carneiro
6	D. Julia Carneiro
7	D. Maria dos Anjos Carneiro
8	D. Maria B. da Silveira
9	Leonidas Branco
10	D. Laura Rodrigues Oitão
11	José Alípio de Souza
12	D. Nemesia Faria da Veiga
13	D. Nemesia da Motta Veiga
14	D. Ana Amália Glavan
15	D. Maria Paulina Valente
16	Extranha a Escola - D. Rosa Vieira de Souza

Fonte: Schaffrath, 1999, p. 84.

A busca de referências a esses normalistas listados foi de até três anos depois da formatura, e resultou que apenas João Jorge de Campos regeu uma escola do sexo masculino na capital, em 1895. É certo que a inserção desses normalistas nas escolas públicas estaduais não pode ser medida apenas pela ausência de seus nomes nos

⁴ A pesquisa da Dissertação foi bastante constituída por dados levantados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, especialmente a documentação oficial da Instrução Pública do Período Provincial, assim como os documentos relativos à movimentação da educação no Estado.

⁵ Offícios da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado Federal de Santa Catarina – 1893.

documentos referidos e no período pesquisado. Entretanto, esse fato pode suscitar a ponderação de que, ainda que houvesse de fato uma rede de escolas a ser provida com professores normalistas e, antes disso, houvesse um projeto de fortalecimento da cultura burguesa pelas sociedades liberais que se consolidavam, não se pode negar o aproveitamento do currículo da Escola Normal de Santa Catarina (assim como o foi com as demais Escolas normais brasileiras) como uma oportunidade de aporte cultural para formação da juventude, que frequentava o curso Normal, mas não necessariamente lecionava nas escolas públicas.

Mais uma síntese possível...

A profissionalização do magistério via Escolas Normais era um projeto das sociedades liberais – isso é fato. O movimento que se desenhou na Europa desde o século XVII, e depois se fortaleceu e se enraizou também nas sociedades americanas no século XIX, anunciava os propósitos dos estados nacionais em fortalecer preceitos liberais de cultura, civilidade e moralidade. A estatização do ensino foi o caminho para lograr o amálgama do cidadão moderno. As escolas de preparação de professores que já se chamaram “seminários de professores”, e depois “escolas normais”, estavam nas iniciativas e nos discursos dos governantes, da imprensa, dos letrados. Dessas instituições, interessava a norma, a conduta formativa segura para veicular padrões elitizados de cultura, cientificidade, conhecimento e comportamento. Nesse contexto, as Pedagogias bebiam na fonte das ciências para também se tornarem autorizadas a definir os modos e a substância do ensino das crianças nas escolas de primeiras letras.

A formação profissional docente nas Escolas Normais para o magistério das chamadas primeiras letras estava baseada em duas premissas distintas. A primeira seria um currículo que apresentava conhecimentos gerais de bases científicas, de caráter propedêutico para a formação geral do profissional que iria atuar no ensino elementar, em detrimento de formação metodológica específica para a docência. A segunda é a apropriação da estrutura da escola pelas elites, que viam no currículo preparado para os normalistas a possibilidade de ornamento cultural para seus filhos e filhas, ainda que estes não fossem compor os quadros do magistério público.

No Brasil, o movimento de estruturação de Escolas Normais acompanhou o movimento europeu e também o estadunidense a partir de meados dos anos 1800, quando da constituição das primeiras escolas públicas na Corte e nas províncias. O Rio de Janeiro inaugurou a Escola Normal brasileira em 1835 e, depois desta, muitas outras foram criadas durante o período Imperial em todas as províncias. Na verdade, durante as duas primeiras décadas da República, ainda se criavam Escolas Normais nos estados e cidades brasileiras.

Em Santa Catarina, quase nem se pode falar em Escola Normal, senão em Escolas Normais. Foram diversas proclamadas pelas autoridades públicas, criadas em lei, mas de vida curta no funcionamento. Os motivos para as tentativas frustradas antes de 1882 iam desde baixa remuneração dos professores para atuar em escolas até o difícil acesso às Escolas Normais que funcionavam à noite, em ruas desertas e enlameadas. A Escola Normal Catharinense de 1892 mereceu nossa atenção pelo fato de encontrar, já sob a República, uma estrutura que lhe permitiu desenvolver um potencial pedagógico e cultural de maior alcance. Essa escola, cujas primeiras tentativas de estruturação se deram no Período Imperial, movia-se no cenário de um pequeno estado ao sul da federação que compartilhava, ao menos nos posicionamentos das elites intelectuais e administrativas, as mesmas aspirações de progresso e ordem pública que se faziam com a difusão do ensino escolar.

Sua proposta curricular também acompanhava o que se fazia na Europa, América e demais estados brasileiros. Um programa de ensino que circunscrevia os conhecimentos relativos ao trabalho de ensinar e de profissionalizar o docente ao fim do curso, como no caso da disciplina de Pedagogia e Metodologia. Esta, enquanto disciplina específica do preparo docente, no entanto, corrompia-se com os assuntos de cultura geral e noções científicas das ciências consagradas para e pela escola.

Esse currículo que se revezava entre disciplinas científicas e disciplinas pedagógicas pouco fazia pela preparação do profissional do ensino, mas muito contribuía para a manutenção de valores culturais, verdades científicas e renovação dos votos de uma cidadania desejável e controlada em ambiente escolar. Em definitivo, a proposta curricular da Escola Normal se comunicava com padrões nacionais e internacionais de escolarização e cultura, e esses padrões se estabeleciam por meio de teorias pedagógicas

difundidas e empregadas, dispositivos legais de contratação de professores, criação de escolas elementares, e propriamente a criação das Escolas Normais. Se é que é possível chegar ao fim desta revisão, a Escola Normal Catharinense conta uma história. A história das ideias vencedoras, do abismo intelectual entre os letrados e a população, mas diz sobretudo, a respeito da trajetória dos professores e professoras no ensino público nas circunstâncias da sociedade brasileira.

Referências

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1789):** história e legislação. Tradução Antonio Ghizzotti. São Paulo: EDUC, Brasília: INEP/MEC, 1989.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). **História da Educação**, Pelotas: ASPHE/FAE/UFPEL, n. 1, v. 1, p. 115-133, jan./jun. 1997.
- CABRAL, Oswaldo. **Nossa Senhora do Desterro:** notícia. Florianópolis: Editora da UFSC, 1971. v. I.
- COMÊNIO, José Amós. **Didáctica magna**. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Coleção Os Pensadores, v. 1.
- DO Ó, Jorge Ramos. **O governo de si mesmo:** modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX - meados do século XX). Lisboa: Educa, 2003.
- FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 5, p. 28-49, 1992.
- GINER, Maria Isabel Corts. **Origen y desarrollo de las escuelas normales em Francia (1789-1982)**. Valencia: Promolibrio, 1985.
- MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça:** o lado noturno das luzes. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- REIS FILHO, Cassimiro dos. **A educação e a ilusão liberal:** origens da escola pública paulista. Campinas: Autores Associados, 1995.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **A Escola Normal Catharinense-1982: profissão e ornamento.** Florianópolis-SC, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. A Escola Normal de Curitiba 1870-1920: Na legitimidade dos discursos pedagógicos e dispositivos legais. In: CONGRESSO LUSOBRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 10, 2014, Curitiba. **Anais [...]. [S.l.]: Colubhe, 2014a.** p. 01-14.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **Os livros didáticos na Escola Normal de Curitiba (1876-1920):** entre a universalidade e as singularidades da circulação da literatura pedagógica. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2014b.

SCHIMIDT, Leonete. **A constituição da rede pública de ensino em Santa Catarina - 1830/1860.** Florianópolis: 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p.62-88, maio/ago. 2000. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/of36/9d9eab65046eb033ab207ae0a8ee86c4f127.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

VILLELA, Heloísa Helena. **Da palmatória à lanterna mágica:** a Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876). 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Poder político e educação de elite.** 3 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

Recebido em: 08/06/2022

Aprovado em: 29/08/2022

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 23 - Número 53 - Ano 2022

revistalinhas@gmail.com